Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico*

Veit M. Bader**

Resumo

Este artigo começa por realçar a falência das grandes teorias, sobretudo de base fortemente estruturalista, destacando a relevância da política, nomeadamente na problematização da etnicidade e do racismo. Considerando a imperiosa necessidade de cruzamento recíproco entre a Sociologia e a História, neste texto é delineada uma estratégia pro-teórica sobre etnicidade e relações inter-étnicas e sua imbricação com as abordagens de classe. Isto pressupõe diversos níveis de análise – desde o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais, passando, neste tema, pela definição de conceitos centrais de etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica, até à relação entre interesses étnicos e ideologia ou utopias étnicas, sem deixar de ter em linha de conta as redes étnicas, as questões ligadas à organização e liderança nas mobilizações e nos conflitos étnicos. Por fim, é realçada a imbricação entre as situações de relações étnicas e as abordagens de classe, rejeitando pressupostos de carácter monocausal mas sem cair em eclecticismos ou raciocínios circulares, mas estabelecendo certa hierarquia analítica.

1. Introdução

Este artigo[1] começa por sustentar a falência das grandes teorias, sobretudo de carácter fortemente estruturalista, assumindo a relevância da política, nomeadamente

* Este texto foi produto duma conferência de Veit Bader organizada por Manuel Carlos Silva (MCS), então Director de Curso, realizada em 1996, traduzida e exposta pelo tradutor (MCS) a docentes e alunos/as pelo facto de o conferencista ter sido, já em Braga, acometido duma forte gripe que o impossibilitou de a proferir pessoalmente. A versão manteve-se idêntica ao original, sendo apenas revista pelo autor em diálogo com o tradutor, sem deixar de ser igualmente sujeita a arbitragem científica como os demais textos. Esta conferência foi também proferida no ISCTE. Cabe aqui uma palavra especial de agradecimento ao colega Joel Felizes e ao amigo Salvador Lima, docente no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, pela formatação gráfica dos quadros e esquemas do autor (*Nota do tradutor*).

** Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Culturais e Faculdade de Filosofia Social, Universidade de Amesterdão.

[1] Neste texto é feita uma reflexão de síntese sobre uma questão bem actual e controversa: a etnicidade e o racismo, um tema que me havia ocupado desde há uns anos e que se plasmara num livro publicado em 1995 em alemão intitulado *Rassismus, Ethnizität, Burgerschaft*. Dado que esta conferência foi preparada para ser proferida na Universidade do Minho, congratulo-me com o facto de me ter sido solicitado o artigo para publicação na nova Revista *Configurações* por parte de Manuel Carlos Silva, meu antigo doutorando na Universidade de Amesterdão e hoje colega – cuja tese de doutoramento sobre o campesinato intitulada *Resistir e Adaptar-se* viria a ser contemplada com o Prémio Sedas Nunes, o que, enquanto antigo orientador, me foi também gratificante.

na problematização da etnicidade e do racismo. Tal pressupõe que, se a História necessita de contributos teóricos provindos da Antropologia e da Sociologia para fazer a própria releitura dos factos sociais no tempo, também a Antropologia e a Sociologia terão de ir ao encontro da História para perceber não só as regularidades, como também as contingências históricas, enfim, as diversas configurações societais. Neste texto é delineada, na sequência de uma obra anterior – esta em co-autoria com Albert Benschop, sobre Desigualdades Sociais,[2] – uma estratégia pro-teórica sobre etnicidade e relações inter-étnicas e sua imbricação com as abordagens de classe. Esta estratégia pressupõe diversos níveis de análise – desde o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais, passando, neste tema, pela definição de conceitos centrais de etnia, cultura étnica e *habitus*, identidade étnica, até à relação entre interesses étnicos e ideologia ou utopias étnicas, sem deixar de ter em linha de conta as redes étnicas, as questões ligadas à organização e à liderança nas mobilizações e nos conflitos étnicos. Por fim, mas não menos importante, darei conta da imbricação entre as situações de relações étnicas e as abordagens de classe, rejeitando pressupostos de carácter monocausal mas sem cair em ecleticismos ou raciocínios circulares, mas estabelecendo certa hierarquia analítica.

2. Contingência e teoria: a falência das 'grandes teorias' e o decisivo papel da política

Recentemente, as grandes teorias passaram por tempos difíceis, em geral e, mais ainda em relação à questão das relações inter-étnicas. Contrariamente às predições e pretensões da teoria da modernização, o processo de modernização não tem conduzido, de modo nem claro nem absoluto, ao declínio ou ao desaparecimento de critérios adscritivos, de práticas e ideologias, em especial as de carácter étnico, nacionalista. O significado da etnicidade como base de organização social não diminuiu com o elevado grau de incorporação social, tal como a teoria convencional havia sugerido.[3] O desenvolvimento da retenção da identidade étnica não segue linearmente o padrão de Hansen, a segunda geração afasta-se ou rebela-se contra o seu próprio grupo étnico de origem e a terceira regressa de novo às raízes étnicas do grupo primordial.[4] Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Com efeito, hoje, se algum consenso se verifica entre os investigadores, será provavelmente o seguinte: devemos ter em séria conta a elevada complexidade e o considerável grau de contingência de fenómenos sociais tais como a retenção de identidade étnica, a incorporação social. Para caracterizar tal situação os conceitos nucleares ou expressões-chave seriam indeterminância

[2] Esta obra (Bader e Benschop 1989), cuja primeira edição em holandês em 1988 tem como título *Ongelijkheden* (*Desigualdades*), seria de relevante interesse para conhecimento do público e, em especial, de cientistas sociais de língua portuguesa, tencionando o tradutor deste artigo fazer a tradução do mesmo, logo que possível. Uma outra obra complementar desta é, em língua holandesa, a *Kollectief Handelen* (*Acção Colectiva*) da autoria de Bader (1991) (Nota do tradutor).

[3] Cf. Isajiw (1990:6, 10, 261).

[4] Cf. Isajiw (1990:38, 263 ss): "Diferentes grupos não exibem o mesmo padrão de retenção e incorporação. Proposições gerais acerca da evolução de minorias étnicas têm uma validade muito limitada, se é que têm alguma" (1990:5).

estrutural, elevados graus de variação; determinados fenómenos sociais dependem "acima de tudo" do político; a trajectória depende das sequências da mudança; a história está "em aberto" – estas expressões são, pelo menos, muito mais importantes do que o que as teorias estruturalista, evolucionista e marxista têm admitido. Sem dúvida, a Sociologia tem de ir ao encontro da História. A História necessita, pelo menos, dalguma Sociologia. Mas que Sociologia?

Confrontados com tais problemas, investigadores de diversos campos têm recentemente optado pela construção de quadros pro-teóricos.[5] A fim de munir-se conceptualmente para estudar as variedades de experiência em Toronto, Breton *et al* (1990) desagregaram "incorporação social" e "identidade étnica". Concordo plenamente com a capacidade heurística e explicativa da distinção e da diferenciação entre 'Identidade étnica' e 'Igualdade'. Há cerca de quinze anos anos iniciei um projecto de investigação, do qual resultou a elaboração do que eu designei por pro-teoria das desigualdades sociais e da acção colectiva, dos movimentos sociais e dos conflitos em geral.[6] Esta pro-teoria é susceptível de ser também utilizada para construir teorias mais ajustadas ao campo e tema da etnicidade, o que permitirá constituir, de modo mais directo, um quadro teórico para pesquisas comparativas históricas e empíricas. As suas principais tarefas têm sido de tripla ordem: (*i*) desagregação e clarificação conceptual; (*ii*) distinção de diferentes níveis de análise; (*iii*) criação de espaço para teorias mais específicas de tipo intermédio. Gostaria agora de apresentar alguns resultados que poderão ser vantajosos para desenhar teorias para pesquisas neste terreno, utilizando o estudo de Toronto de Breton *et al* (1990) como ponto de referência comparativa.

3. Níveis de análise

Para entendermos melhor a sequência lógica da exposição deste texto, creio ser adequado apresentar previamente em esquema os diversos níveis de análise na formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos:

Por razões de espaço é-me impossível neste texto explicar e desenvolver a especificidade da minha abordagem, de modo a poder ser comparada e mesmo confrontada com outras que perpassam o estudo de movimentos sociais e da acção colectiva.[7]

Focalizarei a análise a três níveis: (*i*) critérios para a construção de 'etnias'; (*ii*) cultura e *habitus* étnicos como dimensão 'objectiva' de comunidades étnicas; (*iii*) identidade étnica, enquanto dimensão subjectiva das comunidades étnicas.

[5] Cf. Wiehn (1968), Eckstein (1980), Unger (1987). Para um tratamento mais desenvolvido e respectiva bibliografia, cf. Bader e Benschop (1989), Bader (1991, 1992).

[6] Bader e Benschop (1989), Bader (1991). Ambas as obras foram editadas em alemão e holandês.

[7] Cf. Bader (1991), uma obra centrada na acção colectiva, cuja temática é tratada em vários capítulos, sendo de relevar, neste particular, o primeiro capítulo. Nessa obra são feitas extensas referências sobre a acção colectiva.

Figura 1: Níveis de formação de grupos, movimentos e conflitos étnicos

12. consequências
↑
11. conflito étnico
↑
10. oportunidades de acções externas
↑
9. mobilização étnica
↑
8. redes étnicas/organizações/lideranças étnicas
↑
7. articulação: ideologias e/ou utopias étnicas
↑
6. interesses étnicos
↑
5. identidade étnica
↑
4. cultura étnica e *habitus étnicos*
↑
3. 'etnia' ou categorias étnicas
↑
2. situação de vida objectiva: posição objectiva
potencial de recursos
↑
1. estrutura social e suas transformações

Seguidamente, gostaria de mostrar, de modo muito esquemático, como é possível analisar situações de relações inter-étnicas e como são passíveis de ser teorizadas, passo a passo, as relações entre classe e etnicidade, começando pelo meu quadro pro-teórico. Por fim, concluirei com algumas observações sobre as estratégias para a construção teórica e para a investigação empírica.

4. Etnias

Etnicidade é um conceito extremamente complexo e muito contestado. Mesmo quando se afirma que os grupos étnicos não existem nem podem existir sem, pelo menos, traços identitários étnicos e a manutenção de fronteiras,[8] – aspectos amiúde designados como subjectivos (cf. Breton/Isajiw *et al.* 1990: 35 ss) –, faz contudo sentido começar pelas categorias étnicas ou 'etnias' e culturas étnicas, muitas vezes entendidas como categorias 'objectivas'.[9]

[8] Sobre grupos étnicos, cf. Barth (1980); sobre nações e nacionalismo, cf. Smith (1981, 1984, 1986, 1989), Hobsbawm (1990).
[9] Cf. Smith (1981) em analogia com a velha lógica de 'classes em si' e 'classes para si'. Acerca de todos os grupos de conflitos colectivos, cf. Bader (1991).

Usualmente define-se um grupo étnico como aquele que partilha "de valores culturais fundamentais, realizados em unidade aberta sob formas culturais; constrói uma esfera de comunicação e interacção, possui membros que se identificam e são identificados pelos outros como tal, constituindo assim uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem. Uma adscrição categorial é uma adscrição étnica, sempre que classifica uma pessoa em termos da sua identidade básica mais geral, presumidamente determinada pela sua origem e antecedentes. Na medida em que os actores usam identidades étnicas para se categorizar a si próprios e aos outros para objectivos de interacção, eles formam grupos étnicos em sentido organizacional" (Barth 1980: 11, 14 ss).[10]

Um problema fundamental, há muito reconhecido[11], reside no facto de, tanto na linguagem quotidiana, como no discurso científico, não ter sido clara a demarcação da etnicidade de outras categorias adscritivas em geral e, em particular, das categorias 'racializadas', nacionais, culturais e religiosas. Para entender, na respectiva miscelânea histórico-empírica, a enorme variedade de critérios étnicos, ter-se-á que desembrulhar analiticamente as componentes do agregado étnico. Tendo em conta que, a este respeito, não são úteis conceitos de etnicidade em sentido lato, de tipo contentor, tal como o propõem Glazer/Moynihan (1975), tenho referido uma lista, altamente desagregada, de critérios adscritivos, práticas e ideologias que pode ser frutífera de diversos modos:

(1) A distinção entre práticas adscritivas e ideologias adscritivas constitui um pré-requisito conceptual para qualquer análise detalhada das suas inter-relações complexas e variadas: as suas combinações, cruzamentos ou sobreposições, as suas deslocações, a sua relativa independência. Inalteradas práticas racistas, dirigidas contra 'minorias visíveis', têm sido legitimadas por uma variedade de ideologias: religiosas, culturalistas, nacionalistas, neo-nacionalistas, além das racistas.[12] Foi deste modo e com base nestas ideologias – enquanto diferentes faces do antisemitismo – que a discriminação, a opressão, a exclusão e a eliminação de judeus foram legitimadas.

(2) Todas as situações de relações adscritivas e o mecanismo das práticas adscritivas têm um núcleo comum. 'Situações de relações étnicas', por exemplo, são situações de uma definida e vivenciada escassez e competição/conflito em torno dos diversos tipos de recursos e recompensas sociais (incluindo posições nas hierarquias dominantes de prestígio). Essas situações são aquelas em que: (*i*) se tornam relevantes os critérios adscritivos; (*ii*) é mínima a capacidade para fazer e detectar 'distinções'; (*iii*) as diferenças, reais ou imaginárias, são percebidas, vividas e articuladas; (*iv*) e se constituem categorias adscritivas.

[10] Cf. Smith (1981: 66 ss e 1989). Segundo Smith (1989:344 ss), um grupo étnico remete para (*i*) um nome comum para a unidade da respectiva população; (*ii*) um conjunto de mitos sobre as origens comuns e a descendência para essa população; (*iii*) algumas memórias históricas comuns de coisas vivenciadas em comum; (*iv*) um 'território histórico' comum ou 'pátria' ou associação com ela; (*v*) um ou mais elementos de cultura comum – língua, costumes ou religião; (*vi*) um sentido de solidariedade entre a maior parte dos membros da comunidade.

[11] Cf. Weber (1964:201, 242), Bader e Benschop (1989: 232,240).

[12] Bader (1985, 1994b), Stolcke (1993).

Uma vez construídas e avaliadas de modo predominante, a apreciação negati-va das categorias adscritivas pode ser usada como um recurso indirecto (ora 'activo' ora 'passivo') nos seguintes modos (mecanismo de práticas adscritivas):

(a) fechar ou restringir severamente o acesso a campos societais específicos (mercados de trabalho, habitacionais, educacionais, matrimoniais, entre outros), bem como influenciar e condicionar de modo acentuado as oportunidades sobre estes 'mercados';

(b) afectar as oportunidades nas organizações, bem como a distribuição de recompensas nesses diferentes campos;

(c) marginalizar ou mesmo excluir totalmente da maior parte dos campos societais as categorias adscritivas, fazendo surgir "'estatutos' total e completamente negativos".[13]

(3) A este respeito, todos os critérios adscritivos são 'funcionalmente equivalentes' e isto pode fornecer alguma explicação estrutural para um fenómeno amiúde reconhecido pela sua flexibilidade,[14] tal como a mistura e o foco de critérios adscritivos relevantes nas mudanças de agregados étnicos; o tipo de mudanças na ideologia de exclusão. Todos os estudos comparativos detalhados, por exemplo, de *nações e construção de nações*[15] evidenciam, por um lado, a extrema variedade da mistura de critérios adscritivos nestes agregados étnicos, bem como da sua respectiva focalização. Por exemplo, qual o critério étnico: a região, a 'raça', a história, a língua (e qual delas?), a cultura, a religião, a classe? Qual a relação entre os aspectos cívicos e étnicos?[16]

Para se ser capaz de analisar as respectivas focagens dos diferentes processos de construção da nação e as suas históricas deslocações (por exemplo, de modelos 'étnicos' a modelos 'cívicos', de modelos monoculturais a multiculturais, de modelos mononacionais a plurinacionais), torna-se necessário, pelo menos, um determinado grau de desagregação conceptual do agregado étnico presente na *figura 1*. Por outro lado, os referidos estudos mostram o elevado grau de construção estratégica e a artificialidade da etnicidade, o qual se encontra oculto pela carga nacionalista de natureza primordial e o crescimento espontâneo de grupos étnicos e de nações.[17]

5. Cultura étnica/*habitus*

5.1. Conceitos de cultura, *habitus* e sua relação

Cultura étnica e *habitus* étnico são, por certo, conceitos contestados. Sigo aqui Pierre Bourdieu, criticando todavia alguns resquícios estruturalistas e reducionistas na sua teoria.[18]

[13] Cf. Bader e Benschop (1989: 230 ss). Acerca do estatuto étnico como um 'imperativo' 'estatuto de estatutos' cf. Barth (1980).

[14] Tal é verdade para as biografias individuais e para a história de grupos étnicos; em 'termos estratégicos', cf. Barth (1980:34).

[15] Cf. Seton-Watson (1977), Smith (1986, 1989), Anderson (1983), Hobsbawm (1990).

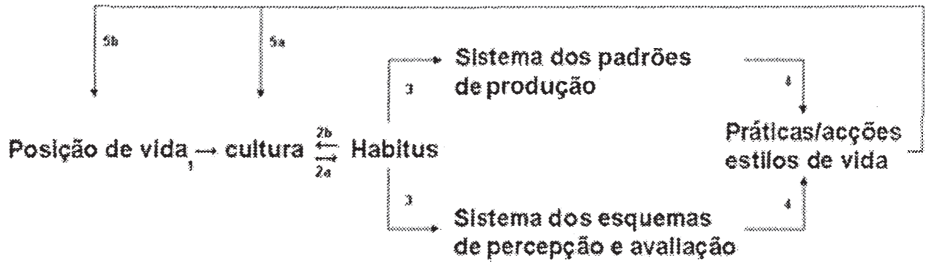
[16] Sobre 'etnias verticais' e 'etnias laterais', cf. Smith (1989); para França e Alemanha, cf. Brubaker (1992).

[17] Para uma equilibrada abordagem em torno do 'primordialismo'/'realismo' *versus* 'constructivismo'/ 'modernismo' das nações, cf. Smith (1984: 458-460; 1966, 1989). A História, ainda que artificial, diferencia! Cf. os comentários bem diferentes feitos por Meadwell (1989) e Zubaida (1989). Acerca das duas perspectivas diferentes em confronto – biografia individual *versus* história das comunidades – cf. Bader (1991: 118).

[18] Essa crítica explanei-a no meu livro sobre "Acção Colectiva" (cf. Bader 1991), nomeadamente no III capítulo.

Figura 2: Critérios adscritivos e práticas de fechamento e ideologias de legitimação

	Critérios de fechamento	Práticas de fechamento	Ideologias típicas de legitimação	
Características "naturais" socialmente definidas: biológicas, fisiológicas e fenotípicas	Parentesco/ Descendência	Dominação de clã, discriminação efechamento	Ideologias de parentesco	NARRATIVAS BIOLOGISTAS
	Sexo	Discriminação, opressão e exclusão das mulheres	Ideologias sexistas	
	Idade	Fechamento geracional, gerontocracia, etc.	Ideologias baseadas na idade	
	Cor, etc.	Opressão racista, discriminação e exclusão	Ideologias racistas	
Características adscritivas sociais e históricas	**Comunidade/ Pertença a:**	**Exclusão, opressão, marginalização de:**	**Ideologias típicas de legitimação**	
	Espaço territorial	Bairros/ Regiões, etc.	Ideologias urbanísticas/ regionalistas	NARRATIVAS ETNOCÊNTRICAS
	História	Estabelecidos/ Forasteiros	Ideologias nativistas	
	Linguagem	Grupos linguísticos	Ideologias baseadas na língua	
	Cultura, hábitos, estilo de vida, género	"Minorias" culturais	Ideologias culturalistas	
	Religião	Grupos religiosos	Ideologias religiosas	
	Nação	Nações	Ideologias nacionalistas	
	Classe social	Classes "baixas" ou "trabalhadoras"	Ideologias e narrativas de classe	
	Cultura política	Comunidades políticas	Ideologias liberais, republicanas	
	Pertença (vinculativa) a:			
	Instituições hierocráticas (Igreja)/ seitas	Membros de Igrejas	Ideologias clericais, papistas	
	Unidades políticas. Pertença ao Estado	Estados "estrangeiros", alienígenas	Ideologias estatistas e imperialistas	
	Pertença a organizações (políticas)	Pertença a partidos políticos, sindicatos, etc.	Ideologias políticas (v.g. anti-socialistas)	



Neste ponto ter-me-ei de confinar a uma simples explicação de estrutura social e cultura e as relações entre ambas:

(a) 'Estrutura social' (incluindo posições nas hierarquias institucionais de prestígio) é estruturante – o que não é de resto sinónimo de 'determinante' – de cultura: ambas, ou seja, posição objectiva e cultura são objectivas.

(b) Cultura é estruturante do *habitus*: os *habitus* são culturas incorporadas, as culturas são hábitos 'objectivizados'. Há, porém, uma dialéctica entre cultura e *habitus* que é ignorada no estruturalismo e em todos os conceitos sobressocializados do homem: diferenças de *habitus* são uma espécie de 'poço de variedades' para a mudança cultural.

(c) *Habitus* é estruturante das práticas (*habitus* como operador prático, programa incorporado, *modus operandi*). Comparado aos valores e às normas étnicas, o hábito étnico é muito mais 'concreto', comparado com a 'personalidade' na sociologia normativista, pois inclui bastantes mais dimensões. Em relação aos 'valores-padrão' abstractos, o *habitus* étnico tem uma força motivadora muito mais acentuada: o *ethos* étnico, as virtudes étnicas como uma fonte fundadora da 'solidariedade' ou da 'lealdade' étnica, por exemplo. Comparado com as práticas, o *habitus* étnico é mais abstracto ou mais geral do que as práticas concretas, estilos, percepções, julgamentos e acções por aquele geradas.

5.2. Cultura étnica

Uso um conceito lato, 'antropológico', de cultura que inclui: (*a*) cultura 'material', tradições, modos de vida: alimentos, instrumentos, vestuário, casas, arte, rituais, cerimónias, festas; (*b*) aspectos específicos 'simbólicos': linguagem, padrões étnicos cognitivos e normativos ('valores' e 'normas partilhadas') e mundividências; (*c*) 'redes/coesão' (incluindo a amizade, o casamento), associações e organizações étnicas, englobando meios de comunicação, organizações de interesses, partidos políticos.[19]

Há, por assim dizer, os chamados aspectos objectivos dos grupos étnicos (cf. Isajiw 1990: 35). Os aspectos "externos", "behavioristas" da identidade étnica referem-se a esta cultura étnica objectiva em todos os casos em que eles (*i*) são seleccionados como sinais relevantes ou marcadores de identidade étnica e (*ii*) se prendem com uma

[19] Sobre este último ponto, cf. o capítulo VII de *Acção Colectiva* (Bader 1991).

identidade étnica 'positiva' e não somente com uma identidade colectiva negativa de conflito; isto é, os membros do grupo não só reconhecem que eles são representados por outros mediante alguns marcadores, mas eles próprios se identificam, pelo menos até certo grau, com aquelas 'qualidades' (cf. Bader 1991:108).

5.3. Hábitos étnicos e 'constituição de um sujeito etnicizado'

Na linguagem em voga acerca da 'construção da subjectividade', designadamente no recente desconstrutivismo e na 'teoria do discurso'[20] falta um conceito sofisticado de cultura étnica e de *habitus* étnico. Tal poderia preencher um importante hiato na análise do processo de 'etnicização':

(1) *Habitus* é um fenómeno complexo com diferentes aspectos: *hexis* somático; disposição psíquica; padrões estéticos (por exemplo, gosto); padrões de percepção, cognição e avaliação (a análise do discurso focaliza-se apenas sobre o último).

(2) *Habitus* permite incidir o foco sobre a relativa estabilidade e a unidade do 'sujeito' sem necessariamente o vincar demasiado. A *unidade* do *habitus* étnico permanece sempre *problemática:*

(a) nas biografias individuais (em especial no caso da migração: efeito Dom Quixote);

(b) na perspectiva geracional: *hysterese*;

(c) nos diversos campos societais: em que medida há um estilo étnico no agir nas mais diferentes coisas da vida?;

(d) numa 'perspectiva de classe': em que medida se constata um hábito étnico comum que atravessa os hábitos de classe? Que estabilidade apresenta? Existem aí padrões de carreira étnicos habitualizados? E, se os há, que papel positivo ou negativo preenchem?[21]

(e) numa perpectiva da acção colectiva: estar-se-á perante o 'amor do destino' *versus* a rebelião habitualizada?

Estas e outras questões similares podem ser colocadas e analisadas a partir desta abordagem que, tanto quanto seja do meu conhecimento, não tem sido ainda sistematicamente aplicada a estudos étnicos e raciais.

5.4. Relações cultura étnica / identidade étnica

No tocante às relações entre cultura étnica e identidade étnica importa diferenciar os seguintes *itens*:

(a) Cultura étnica e identidade étnica: uma necessária distinção[22]:

(*i*) "Cultura" não é 'a' ou a única base de identidade; ela tem de competir e está

[20] A este respeito cf. a crítica tecida sobre a teoria do discurso, nomeadamente no capítulo VI de *Acção colectiva* (Bader 1991).

[21] Sobre a orientação do mercado de trabalho, cf. Reitz (1990).er 1991).

[22] Para um maior desenvolvimento remeto para Bader (1991: 95 ss, 108 ss e 424 na nota 77 em *Acção Colectiva*).

sempre inter-relacionada com 'diferenças nas situações sociais objectivas' e diferenças imaginadas.

(*ii*) Nem todos os aspectos duma cultura objectiva são relevantes e servem de marcadores, de sinais e símbolos da identidade étnica: a constituição das identidades colectivas é um processo de acentuação selectiva (cf. Barth 1980, Bader 1991:108-109).

(*iii*) Culturas podem, pelo menos num modelo ficcional, ser pensadas de modo isolado (muitas culturas diferentes coabitam pacificamente umas ao lado das outras), identidades colectivas são relacionais por definição: elas não podem sequer ser pensadas sem processos de inclusão/exclusão e sem definições de fronteira, ideia esta que Barth (1980) aportou no seu país.

(*iv*) Identidades colectivas tendem a desenvolver um padrão completamente dicotomizado, particularmente na escalada de conflitos (cf. Bader 1991:110), ao passo que as culturas podem co-existir 'pluralmente'.

(*v*) As culturas podem permanecer em segundo plano "na rectaguarda", enquanto as identidades colectivas, podendo possuir diferentes graus de conhecimento e consciência (cf. Bader 1991:108 ss), requerem, pelo menos, alguma consciência mínima relacional.

(*vi*) Identidades colectivas não necessitam, de modo algum, de 'reais' diferenças culturais; elas podem ser totalmente construídas na base de imaginadas diferenças.

(b) A clara distinção conceptual entre cultura e identidade colectiva é um pré-requisito necessário para discutir a sua inter-relação e, em particular, as suas variações:

(*i*) Elas podem mudar de maneira relativamente independente: culturas mutáveis – identidades colectivas estáveis e vice-versa, sendo de referir a este respeito novamente Barth (1980:32 ss, 38) e Isajiw (1990), aduzindo este último inúmeros exemplos em Toronto.

(*ii*) Não é somente a cultura que serve de "base" para definições de identidades colectivas: identidades colectivas influenciam fortemente o desenvolvimento de culturas de grupo: demarcação, estilização e 'distinção', aspectos brilhantemente analisados por Bourdieu (1986), Elias (1976) e outros, aliás na esteira de Mannheim (1929).

6. Identidade étnica

6.1. Observações preliminares

A acrescentar aos já conhecidos pontos de partida em todos os estudos de identidades, torna-se relevante fazer algumas observações preliminares, atendendo a que as identidades étnicas são elas próprias "fenómenos multifacetados, complexos" (Isajiw 1990: 34).

(a) Sem alguma identidade étnica mínima não há grupo étnico: a identidade étnica, ao seleccionar uma de muitas possíveis 'etnias' e ao transformar 'categorias étnicas' em grupos étnicos, constitui-as neste sentido.

(b) Identidade (colectiva) inclui sempre o desenho de fronteiras, a demarcação face aos 'outros': "Eu sou/ nós somos" inclui sempre um "Eu não sou/ nós não somos".

(c) Identidades são resultados temporários de desempenhos específicos sintéticos ou integrativos, de 'identificações' com modelos ideais, padrões de identidade, bem como da negação de padrões alternativos, competitivos.

(d) Há que distinguir identidade individual, social e colectiva e analisar a sua 'dialéctica'. Todos nós temos diversas identidades sociais e colectivas cruzadas: o 'nós' tem muitos nomes. Identidades colectivas diferem de todas as outras identidades sociais, impondo, tendencialmente, padrões dicotómicos: eles tendem a ser 'hegemónicos' ou 'totalizantes', particularmente na escalada de conflitos (Bader 1991: 109 ss).

(e) Há que perguntar e analisar sempre: quem é que define as identidades colectivas?

Para responder a esta questão ter-se-á que (*i*) analisar as autodefinições e as definições dadas pelos de fora (opositores e 'terceiros' diferentes) e as suas inter-relações; (*ii*) as definições dos de dentro e dos de fora são multifacetadas e estratificadas: para os de dentro, há a referir, por exemplo, pais, parentes, amigos, pares, professores, padres, políticos, historiadores; (*iii*) quer nas definições dos de dentro, quer nas dos de fora, importará analisar os equilíbrios de poder: a luta acerca das definições e avaliações das identidades colectivas em situações de 'aproximada' igualdade (entre nações, por exemplo, Inglaterra *versus* França) difere consideravelmente de situações com assimetrias de poder estruturais (por exemplo, canadianos ingleses e canadianos do Quebeque, ambos povos nativos); (*iv*) quais são as causas dos processos de 'etnicização' (cf. sobretudo: competição e conflito para todos os tipos de recursos e recompensas, particularmente reconhecimento).[23]

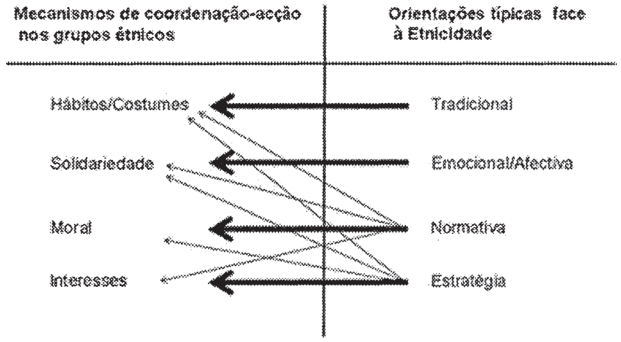
6.2. Diferentes aspectos de identidade étnica

Os aspectos 'comportamentais' ou 'externos' prendem-se com a cultura étnica e as práticas actuais. Os aspectos 'internos' têm a ver com a autopercepcão e a autodefinição, ou seja, com a identidade étnica que, neste sentido, é sempre subjectiva. Em termos de pesquisa, é aliciante combinar estas questões mais sistematicamente, usando diferentes métodos: o que é que as pessoas dizem (respondendo, ora de modo mais ou menos estandardizado, ora em questões abertas em entrevistas acerca da identidade etnica)? O que é que as pessoas fazem actualmente (utilizando a observação participante)?[24] Que *habitus* étnicos evidenciam realmente as pessoas? Seguidamente, dever-se-ão comparar os dados e tentar explanar as esperadas discrepâncias: valores, crenças e mesmo atitudes não são, tal como se sabe, acções 'causadoras' de um modo directo.

[23] Cf. Bader 1991: 112 ss, na esteira de Simmel (1968), Coser (1956), Barth (1980), além de outros.
[24] Este aspecto é sistematicamente negligenciado no estudo de Breton *et al* (1990).

A cultura étnica e a identidade étnica colectiva providenciam padrões relativamente estáveis de expectativas mútuas que contribuem consideravelmente para solucionar os chamados problemas de coordenação na "acção colectiva". Costumes, tradições, hábitos e história comum; solidariedade, lealdade e moral do grupo são sistematicamente ignoradas nas abordagens da escolha racional e na mobilização de recursos.[25] Por outro lado, as abordagens centradas na chamada identidade tendem a negligenciar o papel importante que os interesses e as orientações estratégicas desempenham na constituição e no desenvolvimento das identidades colectivas. Numa crítica-reconstrução do quadro conceptual teórico de Max Weber, elaborei o seguinte modelo:

Figura 4: Mecanismos étnicos de coordenação-acção e orientações típicas face à etnicidade



Explicação: Papel constitutivo versus tipo de orientação que, se e quando dominante, enfraquecerá ou transformará o próprio mecanismo (cf. Bader e Benschop, 1988)

(a) **Mecanismos de coordenação-acção** [26]

* *história étnica e costumes étnicos, tradições, hábitos*. Por um lado, tenho acentuado a adequada construção e contínua reconstrução das histórias étnicas (enquanto motores do mito) *versus* 'primordialismo' e 'desenvolvimento espontâneo'. Por outro lado, as narrativas 'reais' – e não apenas imaginadas – das histórias das comunidades, bem como os costumes reais, mesmo quando a sua origem seja artificial, constituem uma diferença significativa. Conhecimento das primeiras reacções (com as suas longas cadeias de reacções anteriores), bem como os costumes e as tradições comuns representam uma importante fonte de confiança.

* *solidariedade étnica* é constituída por sentimentos partilhados de pertença (afectiva, emocional) à comunidade étnica. Tais sentimentos são criados nos processos

[25] Cf. Bader (1991:17-20) e sobretudo o capítulo V.
[26] Cf. Bader (1989), Bader (1991: 117-124).

de socialização – primários e secundários – e de educação, pela continuada identificação com a cultura étnica, pelos símbolos ('ícones sagrados'), pelos líderes e pelas práticas expressivas. Este sentimento de pertença emocional e profundamente arraigado constitui uma segunda importante fonte de confiança que é excluída do mundo hobbesiano da escolha racional.

* *moral étnica,* a qual, compreendendo não só os valores e as normas partilhadas, tal como surge nas versões racionalistas da ética, mas também os *ethos* e as virtudes partilhadas, juntamente com o reconhecimento das obrigações mútuas, lealdades e realizações morais, constitui a terceira importante fonte de confiança. Esta confiança é necessária para superar todas as espécies de cavaleiros andantes e outros 'paradoxos lógicos da acção colectiva' com que os jogadores estratégicos – quais solitários mónadas sem história, sem moral ou sem fidelidades comuns – são confrontados. As comunidades étnicas e outras providenciam justamente isso.

* *interesses étnicos* incluem não somente os chamados interesses 'económicos' ou 'materiais', mas sobretudo os chamados interesses culturais, políticos e religiosos, bem como o reconhecimento, pelo menos, como iguais. É importante ter em conta que os três primeiros mecanismos, característicos das comunidades, não se encontram apenas nas chamadas sociedades 'tradicionais', tal como a bizarra dicotomia 'comunidade-sociedade', assim como várias das versões das teorias da modernização nos quiseram fazer crer. A 'modernidade' cria as suas próprias tradições, fidelidades e moral (*ethos*) e mesmo as comunidades étnicas não são restos sitiados e murchos do mundo tradicional, condenados a ser extintos.

(b) Orientações constitutivas *versus* outros tipos de orientações

A orientação predominantemente tradicional perante a etnicidade representa e mantém os costumes étnicos; a orientação emocional cria e reforça a solidariedade étnica; o acordo prevalecentemente normativo forma e assegura uma moral e um *ethos* étnico; e a orientação predominantemente estratégica constitui a base de um 'conjunto de interesses' comuns étnicos. Porém, os actores sociais são capazes de se orientar para modos 'não-congruentes' face à etnicidade.[27] Eles podem participar em ritos religiosos dum grupo étnico por razões puramente instrumentais, ou seja, acomodam-se porque e na medida em que sabem que o facto de não agir em conformidade com as normas religiosas étnicas poderia acarretar-lhes algumas desvantagens. Líderes oportunistas de organizações étnicas contam com a solidariedade dos seus membros co-étnicos para planear acções (e podem ser surpreendidos pela sua falta, se todos fizerem a mesma coisa: a manipulação estratégica tende a minar as tradições e as solidariedades). O 'individualista possessivo' apenas concordará com as normas desde que elas sirvam o seu próprio interesse. Se predominarem as orientações estratégicas, as tradições e os costumes poder-se-ão transformar em puras constelações de interesses e, nessa altura, perder a capacidade de estabilizar comunidades e resolver problemas de acção

[27] Cf. Bader 1991: 122-124

colectiva; permitir que se destruam as solidariedades e as lealdades e que a moral e o *ethos* étnicos se percam ou, quando muito, se transformem num tipo de moralidade estritamente utilitária. O meu modelo permite e encoraja analisar a mistura e as mudanças nas respectivas orientações dos membros dos grupos étnicos para uma cultura étnica e uma identidade étnica. Nem ao nível das sociedades, nem ao nível das gerações ou dos indivíduos, se pressupõe haver qualquer desenvolvimento linear das orientações tradicionais e afectivas em direcção a orientações 'racionais' normativas e estratégicas.

(c) Distribuição dos tipos de orientações face à etnicidade

Os diferentes tipos de orientações face à etnicidade não se encontram igualmente distribuídos entre os membros dos grupos étnicos. Assim, por exemplo, poder-se-ão esperar e analisar variações específicas de classe, de género ou de geração; a orientação das pessoas leigas pode diferir doutras, nomeadamente as específicas de diferentes tipos de peritos; as organizações de conflito e os líderes poderão ser forçados a desenvolver um grau mais elevado de pensamento estratégico e de reflexividade do que os constituintes e os inactivos. As orientações dos diferentes grupos de fora (*outsiders*) diferirão dos de dentro (*insiders*); os dos opositores serão forte ou exclusivamente estratégicos.

(d) A dimensão histórica, afectiva e moral das culturas e identidades étnicas

As culturas e identidades étnicas na sua dimensão histórica, afectiva e moral implicam todas elas limites a respeito da manipulação estratégica ou da construção e reconstrução das identidades colectivas. Mesmo quando, com justeza, se acentua a enorme importância do pensamento e da acção estratégica (dos intelectuais, dos professores, dos políticos, dos Estados, das Igrejas, entre outros) na invenção e na construção das identidades colectivas,[28] tal como Smith (1981), entre outros, convincentemente o evidenciou em relação à construção das nações, tal não significa que tais protagonistas possam construir e mudar as identidades à sua vontade ou que sejam bem sucedidos. É possível 'criar' tradições,[29] inventar e reconstruir linguagens,[30] inventar símbolos e rituais, mudar estrategicamente a moral do grupo através da educação, mas tal exige tempo, muito mais tempo do que "transformar camponeses em cidadãos franceses", como diria Eugene Weber (1976).

6.3. Tipos de identidade étnica

Na construção dos tipos de identidade étnica podem utilizar-se e misturar-se os seguintes critérios: (*i*) critérios adscritivos: por exemplo, identidades étnicas predominantemente territoriais, culturais, religiosas; (*ii*) modo de orientação predominante acerca da etnicidade: tradicional (por exemplo, o tipo "ritualista",

[28] Cf., para todos os grupos étnicos, Barth (1980: 33).
[29] Cf., a respeito do desporto, Hobsbawm (1990: 142 ss).
[30] Cf. Anderson (1983: 132,140), Hobsbawm (1990).

segundo Isajiw (1990), afectiva, normativa (tipo "ideológico" para Isajiw), estratégica; (*iii*) perspectiva temporal (tipo "redescoberta" para Isajiw); (*iv*) grau de reflexividade; (*v*) perspectiva de poder/ dominação (por exemplo, identidade "subalterna", "revoltosa", "revolucionária"); (*vi*) variações, nos tipos de situações de relações étnicas, nas quais se articulam as identidades étnicas.

6.4. Tempo

Dever-se-ia distinguir a origem, a emergência, o desenvolvimento (estabilização, manutenção, persistência, retenção/reconstrução), o desaparecimento e a perda de identidade étnica, atendendo a que as suas condições e determinação causal não são as mesmas.

(1) É importante acentuar que a "atenuação selectiva" é uma característica de todas as fases e não apenas da fase de retenção da identidade étnica, aspecto e dificuldade que os 'primordialistas' esquecem ou contribuem para esquecer.

(2) Até que ponto existe um padrão geral? Tal como já foi indicado, a emergência e o desenvolvimento de identidades étnicas não é usualmente unilinear, mas tão-pouco segue simplesmente um padrão cíclico. Tal evolução mostra amiúde inesperados e imprevisíveis altos e baixos, depende de situações, ou seja, é profundamente sensível ao contexto. É uma questão de política; os ciclos de protesto são relevantes; os acontecimentos históricos são, com frequência, de suma importância.

(3) Ter-se-á de ser cauteloso ao analisar os efeitos de histerese: estes não deverão ser elevados a algumas leis gerais tais como "atraso cultural" ou "retardamento de identidades".

(4) A perspectiva temporal apresenta ela própria distinções qualitativas: de curto prazo (por exemplo, cinco anos), de ciclo de vida (aplicada, o mais das vezes, aos indivíduos), geracional (para famílias e minorias étnicas emigrantes[31]) e de longo prazo (para o desenvolvimento das "identidades étnicas" das nações).

7. Situações das relações étnicas: abordagens de classe à etnicidade

7.1. Os contextos fazem a diferença

Já sustentei que as distinções e identidades étnicas emergem e desenvolvem-se em situações específicas de competição e conflito. Uma tipologia historicamente informada de "situações de relações étnicas" ou relações inter-étnicas é, portanto, uma espécie de pré-requisito para todos os estudos teóricos e empíricos sensíveis aos diversos contextos. Apesar de largos volumes de trabalho intelectual investido nesta questão, não está ainda disponível uma tal tipologia, em cuja construção poder-se-ão todavia utilizar *grosso modo* os seguintes critérios: (*i*) unidades; (*ii*) espécie, densidade, intensidade e campos de interacção; (*iii*) relativo equilíbrio de poder(es).[32]

[31] Acerca destas variações, cf. Isajiw (1990: 37,48 ss).

[32] Aqui combino contributos de Kriesberg (1973), Barth (1980), Rex (1986) e Bonacich (1970) embora de um modo algo diferente (cf. Bader 1991).

ad i): a relação dos grupos étnicos às unidades legais e políticas de decisão são duma extraordinária importância. Podem distinguir-se três tipos principais: (*a*) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros e ser soberanos (por exemplo, as relações 'internacionais' entre os chamados Estados-Nação etnicamente homogéneos); (*b*) os grupos étnicos podem ser legalmente independentes uns dos outros mas encontrar-se sob a jurisdição de superiores unidades políticas soberanas (por exemplo, "nações" num Estado federal ou, nalgum imaginável futuro, numa situação com uma Organização das Nações Unidas (ONU) legal e politicamente forte); (*c*) um grupo étnico pode reivindicar ou decretar jurisdição legal e política sobre um outro (por exemplo, situações coloniais fora ou dentro dos Estados).[33]

ad ii): As interacções entre grupos étnicos podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas[34]:

(a) a espécie de interacção pode ser mutuamente benéfica (situações de aproximada igualdade) ou caracterizadas por desigualdades estruturais (cf., a seguir, ad 3). O tipo de relações depende, além disso, do padrão territorial: ou porque este é composto pela co-presença de territórios altamente segregados (padrão de concentração) ou porque os grupos e indivíduos vivem e trabalham misturados (padrão de dispersão).[35]

(b) a densidade e a intensidade de interacções podem ser muito elevadas (amplas redes de relações económicas, sociais, culturais e políticas) ou muito baixas (apenas interacções esporádicas sobre *itens* específicos, sobretudo as competitivas);

(c) a profundeza e a amplitude das interacções podem variar entre relações altamente selectivas num único campo específico até amplas e profundas relações, abarcando todos os campos societais.

A partir de muitos estudos de conflitos sociológicos são bem conhecidas as consequências de tais diferenças para as relações de poder, as opções estratégicas, o tipo de conflitos, bem como os tipos de resolução dos conflitos: por exemplo, conflitos étnicos altamente explosivos, violentos e em escalada tendem a evoluir para situações, nas quais as relações entre grupos territorialmente segregados são predominante ou exclusivamente aqueles de (quase sobreposta) discriminação, opressão, exploração ou exclusão e nas quais os equilíbrios de poder se deslocam de tal modo que a acção colectiva, desde o início, não parece desesperada (cf. Bader 1991: 307).

[33] Cf. Kriesberg (1973: 16), Bader (1991: 306 ss, Barth 1980) a respeito da 'segurança regional': situações policêntricas, coloniais, anárquicas. Para a análise do racismo, cf. Miles (1993) sobre a importante distinção entre 'situações coloniais' e 'situações de trabalho migrante'.

[34] Talvez se pudesse também incluir uma tipologia das diferentes 'origens' das relações inter-étnicas: migração formalmente livre *versus* migração forçada (por exemplo, económica, religiosa), intra e inter-estatal (cf. Page-Moch 1992, Zollberg 1983, entre outros), conquista e formação de impérios, comércio, etc.

[35] Cf. os quatro tipos elaborados por Barth (1980:19 ss) numa "perspectiva ecológica", misturando padrões territoriais e de cooperação/competição pelos recursos. A importância dos padrões de segregação territorial é óbvia tanto para as nações como para os grupos étnicos em contexto de segregação urbana.

ad iii) A análise dos relativos equilíbrios de poder é, pela sua relevância amplamente reconhecida, ainda uma das tarefas mais confusas e intrincadas. Dispendo um pouco mais de espaço sobre este tópico, em parte porque penso que o meu tratamento pro-teórico das assimetrias de poder é novo e muito mais frutífero e detalhado que o discurso sociológico dominante ou o discurso em voga sobre a multi-opressão no "pós-marxismo" recente. Relações de igualdade ou desigualdade entre grupos étnicos contêm diversos níveis, dimensões e aspectos. A sua análise é, por isso, muito complexa. A fim de tornar as coisas mais fáceis e tendo em vista o objectivo circunscrito da conferência, focalizarei a atenção apenas em três pontos:

(1) dever-se-á distinguir claramente etnicidade em "situações não exploradoras, não opressivas"[36] ou "aproximadamente iguais" e em "situações de relações étnicas" de desigualdade estruturada, uma vez que estas últimas diferem daquelas não somente numa perspectiva descritiva e explanatória,[37] mas também numa perspectiva normativa.[38]

(2) A fim de alcançar uma imagem detalhada da relativa posição objectiva de (diferentes membros e subcategorias de) grupos étnicos dever-se-á analisar o respectivo controlo de uma elevada variedade de recursos societais e de recompensas.[39] Em si mesma a etnicidade pode ser analisada como um recurso em diferentes modos (prestígio social negativo ou positivo; cultura/*habitus* étnico; identidade étnica; redes étnicas, organizações, liderança como importantes recursos de mobilização.[40] A mistura e o relativo peso desses recursos determina o potencial de poder objectivo dos diferentes grupos étnicos.[41]

(3) Para obter uma visão mais agregada do tipo de relações assimétricas de poder entre grupos elaborei o seguinte modelo:

[36] Cf. Rex (1986: 72, 80); cf. também Mason (1986: 8 ss), Solomos/Back (1994: 145).

[37] De modo crítico *versus* Wallman (1986); cf. também Barth (1980) *versus* uma longa tradição entre os antropólogos sociais.

[38] Sobre as consequências normativas, cf. Kymlicka (1989: 145 ss, 186 ss, 240 ss). Ponho agora de lado os problemas relativos ao significado de 'igualdade aproximada', mas esta não deve ser confundida com a noção de 'igualdade simples' criticada por Walzer (1983); cf. Bader 1998, 1998a. Para a situação dos emigrantes étnicos tal significaria uma 'integração total' (Isajiw 1990: 198).

[39] Cf. Bader/Benschop (1989), nomeadamente esquemas 5 e 6. Cf. o curto e sumário tratamento dos mais relevantes recursos de poder e recursos de mobilização: Bader (1991: 258-279). Para os números numa 'perspectiva demográfica', cf. Barth (1980).

[40] Cf. Breton *et al.* (1990: 5-12, 258) como um 'activo'.

[41] Os conceitos de 'minorias' e 'maiorias' tentam usualmente agregar todas estas dimensões numa imagem simples e dicotomizada da distribuição de recursos e recompensas.

Figura 5: Tipos básicos de desigualdade posicional

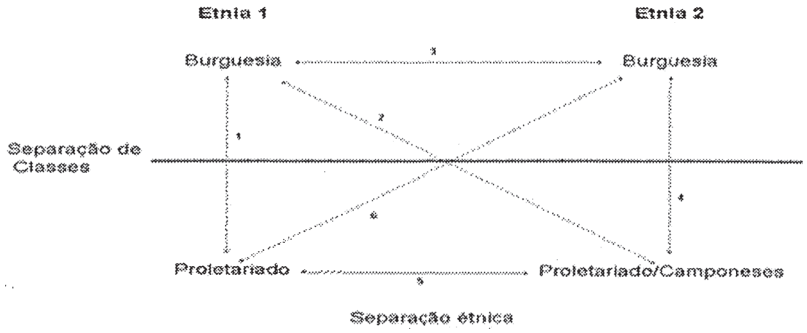
Nível de relações sociais	Estrutura posicional	Colectividade potencial	Tipos básicos de poder
Relações de trabalho	Posições de classe	Classes	Exploração
Organizações	Posições de elite	Elites/ Grupos dominados	Dominação/ Opressão
Interacções	Posições de interacção	Grupos selectivos de tipo associativo	Associação selectiva / Discriminação
Relações de prestígio	Posições em hierarquias de prestígio	Grupos de prestígio	Discriminação colectiva
		Grupos excluídos Marginalizados	Exclusão Marginalização

Exploração, dominação ilegítima, opressão e discriminação constituem distintos mas inter-relacionados tipos de poder posicional estruturalmente assimétrico. Para completar o conjunto dos tipos importantes de relações de poder assimétricas dever-se-á acrescentar, de modo parcial ou abrangente, o fechamento social (poder de alocação), sempre e ao mesmo tempo inclusão e exclusão na base de critérios adscritivos. O fechamento social permite monopolizar posições privilegiadas por alguns indivíduos/ grupos e a excluir outras (cf. de novo figura 2). Processos de fechamento geram e/ ou estabilizam barreiras de mobilidade vertical entre, por exemplo, posições de classe e de elite.

7.2. Classe e Etnicidade: uma ilustração

Por limitações de espaço não me é possível neste texto expor as diferentes possíveis combinações de tipologias de relações 'inter-étnicas' e de tipologias de desigualdades posicionais. Focalizando agora a análise na exploração de classe (não considerando agora outros aspectos) e utilizando um padrão dicotómico muito simples de divisão étnica e divisão de classe, Bonacich (1970) construiu o seguinte modelo para distinguir diferentes formas de 'relações étnicas' (exemplificando com o racismo e o nacionalismo) em específicas situações objectivas: (A) Construção da Nação; (B) Sobre-exploração; (C) Mercado de trabalho dissociado; (D) Minorias de categorias intermédias; (E) Libertação nacional.

Figura 6: Etnicidade e Classes no modo de produção capitalista



ad (1): Relações entre classes no seio de Estados-Nacionais e imperialistas, etnicamente homogéneos. Tais relações constituem a base da 'mobilização nacional' no caso de (A) *Construção da Nação* e do 'nacionalismo' (1) no caso de *(B) Sobreexploração*.

ad (2): Relações entre burguesia imperialista e 'trabalhadores colonizados' formam a base do 'racismo'(1) em situações de *Sobreexploração* (B): penetração capitalista na periferia e diferentes formas de sistemas coloniais e neocoloniais de trabalho forçado. Elas formam também a base de sobreexplorações em situações de segmentação de *Mercado de trabalho dissociado* (C) em base étnica, ou seja, a exploração de trabalhadores imigrantes, assim como, por outro lado, a condição do caminho de *Libertação Nacional* (E).

ad (3): As relações entre burguesia imperialista e classes dirigentes colonizadas, sob formas competitivas e cooperativas, constituem a base do 'antagonismo nacional' em situações de *Construção da Nação* (A), de 'racismo' (1 ou 2) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D), bem como de troca desigual em situações de *Libertação Nacional* (E).

ad (4): As relações entre classes coloniais dirigentes e trabalhadores formam a base de 'mobilização nacional' em situações de *Construção Nacional* (A), em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D) e em situações de *Libertação Nacional* (E).

ad (5): As relações entre proletariado e trabalhadores colonizados formam a base de 'racismo' (2) em situações de *Sobreexploração* (B) e de *Mercados de trabalho* dissociado ou etnicamente segmentados (C), assim como de 'racismo' (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

ad (6): As relações entre proletariado e classes dirigentes colonizadas constituem a base de 'racismo' (3) em situações de *Minorias de categorias intermédias* (D).

Ainda que sem explicação ulterior deste modelo,[42] gostaria de enfatizar três pontos. Em primeiro lugar, há diversas formas específicas de classe no que concerne

[42] Omitindo igualmente aqui a discussão da respectiva influência sobre identidades colectivas e sobre a sua organização/mobilização: cf., a este respeito, Bader (1991 e 1994b).

o nacionalismo, racismo, etnocentrismo, provenientes de raízes objectivas específicas e com diferente conteúdo, para cujas situações é possível desenvolver teorias compreensíveis e explanatórias. Em segundo lugar, para todas as classes e fracções de classe existem opções não nacionalistas, não racistas, não etnocêntricas. Em terceiro lugar, faz sentido analisar a formação de grupo 'étnico', identidades étnicas, organização e mobilização étnica, assim como o conflito étnico a partir duma análise da estrutura e do desenvolvimento das relações de classe, desde que se adoptem versões não redutoras do marxismo, as quais podem produzir frutíferos programas de investigação.

Poder-se-ão assim utilizar modelos simples tais como este para, tomando-o como ponto de partida, obter, passo a passo, diferenciações controladas, as quais são absolutamente necessárias para cobrir o hiato entre a 'teoria' e a enorme complexidade da realidade social. Para tal poder-se-á e dever-se-á diferenciar o modelo da estrutura de classes,[43] introduzir outras dimensões das desigualdades posicionais, diferenciar a imagem simples da dicotómica divisão étnica. Ao fazê-lo, alcançaremos os limites da nossa capacidade para reduzir teoricamente, de modo controlado, as complexidades sociais.

7.3. Tipos de incorporação

Designam-se usualmente processos de incorporação aos diferentes aspectos de instalação temporária ou ilimitada dos diferentes tipos de migrantes, incluindo refugiados nas suas novas áreas de residência no seio do mesmo Estado ou num novo Estado (no caso de migrações fronteiriças).

Incorporação constitui, em si mesma, um processo complexo. O debate está, sem dúvida, fortemente politizado. Mantêm-se diluídos e contestados os seus conceitos centrais tais como assimilação, adaptação, aculturação-inculturação, integração, incorporação, inclusão, do mesmo modo que os seus respectivos contrários: segregação, marginalização, retenção, entre outros.[44] O que há nestes termos? Se se toma incorporação social como um 'conceito-guarda-chuva', poder-se-ão distinguir claramente diferentes dimensões e critérios de 'incorporação':

(1) incorporação é um processo duplo: interno e externo (cf. Isajiw 1990: 7 ss, Penninx 1988): querem os migrantes, minorias étnicas e outras ser 'incorporadas' e, se o querem, de que forma e por que meios? Quer a maioria instalada – ela própria altamente diferenciada – incorporá-los e, em caso afirmativo, sob que formas e por que vias?

(2) a incorporação formalmente forçada sob o ângulo legal e/ou político *versus* incorporação formalmente livre, ou seja, aquela que, embora cultural e socialmente condicionada, visa a integração.[45]

(3) dimensões de incorporação[46]: para todas as dimensões, a incorporação é um processo de dupla face e deverá ser analisado numa escala que vai da incorporação forçada até aos diversos graus de incorporação livre.

[43] Sobre o modo de produção capitalista, cf. Benschop (1993).
[44] Cf. Isajiw (1990).
[45] Para uma discussão muito concisa dos problemas normativos, cf. Kymlicka (1992).
[46] Para uma lista com um tratamento muito mais detalhado, cf. Bader/Benschop (1989: esquema 4c: 111).

(a) 'economicamente': mercado de trabalho, emprego, rendimento, promoção, posições de liderança nas organizações; empregadores étnicos; 'concentração étnica' ou 'nichos' em sectores de produção, serviços, créditos, diferentes mercados de consumidores, entre outros (cf. Reitz 1990, Marger 1997);

(b) territorialmente: guetização *versus* dispersão;

(c) amizade e redes relacionais: 'associações selectivas' etnicamente fechadas e relações de patrocinato *versus* misturas de relações relativamente livres;

(d) casamento e relações íntimas;

(e) culturalmente (língua, alimentação, rituais): retenção/fortalecimento, mudança fundamental e/ou perda de cultura do grupo étnico (por exemplo, atitudes face à incorporação cultural: assimilacionistas, pluralistas preocupados ou satisfeitos, integracionistas (cf. Breton 1990: 216);

(f) prestígio colectivo: reconhecimento como pessoas/grupos que, por diferentes que sejam, têm de ser tratados com igual respeito e interesse ou a emergência/ manutenção/ reforço de discriminação colectiva (mesmo se legalmente sancionada);

(g) legalmente (direitos, estatuto de cidadania): metecos, estrangeiros naturalizados, cidadãos de segunda classe ou com plena igualdade legal e politica[47] e todos os diferentes graus nessa escala (e, certamente, a questão fortemente debatida dos direitos de grupos especiais (povos nativos, grupos adscritivos sem privilégios);

(h) politicamente: as próprias organizações políticas (partidos, meios de comunicação) e/ou participação actual (passiva e activa) nos diferentes níveis e nas diferentes posições no sistema político dominante.

Poder-se-á tentar conseguir uma maior precisão terminológica no debate, mas duvido que exista um uso linguístico predominante (por exemplo, 'assimilação' é aproximadamente o mesmo que aculturação para a dimensão cultural), ou que um consenso possa ser alcançado. Desagregação conceptual, neste como noutros casos, é um pré-requisito para a mútua compreensão da terminologia de cada um, mesmo quando continuemos ainda a desagregar o termo que se apresente mais adequado. Em todos estes aspectos são certamente enormes as variações práticas entre diferentes minorias 'étnicas/etnicizadas'.

8. Conclusão: por níveis adequados de complexidade, teorias e pesquisa comparativa

Há boas razões para crer que, tendo em conta os mais variados contextos, não é possível construir frutiferamente 'a' grande teoria ou superteoria acerca dos grupos étnicos, da identidade étnica, da organização e mobilização étnicas, do conflito étnico. Teorias explicativas devem responder a questões que procuram uma explicação específica (cf. Humphreys, 1989). Se se rejeita o uso comum dum conceito livre de teoria

[47] Cf. Bader (1994 e 1995). Cf. Soysal (1997)

que permite designar de teoria todas as explicitações conceptuais e analíticas e todas as explanações, é óbvio que toda a teoria tem de reduzir, mais ou menos drasticamente, a abrangente complexidade dos 'fenómenos étnicos'. Um quadro pro-teórico, tal como eu o esbocei neste texto, pode contribuir para seleccionar o nível adequado de complexidade para a construção de teorias de médio alcance, por exemplo, em relação: (*i*) às situações específicas objectivas das relações étnicas; (*ii*) à relação entre cultura étnica e identidade étnica; (*iii*) às condições nas quais as identidades étnicas se tornam predominantes ou aos padrões de mudança das identidades étnicas; (*iv*) ao papel específico da etnicidade como 'recurso' em relação a todos os outros recursos de poder e mobilização; (*v*) às estratégias de mobilização étnica e dilemas estratégicos; (*vi*) aos conflitos étnicos e aos tipos de resolução de conflitos étnicos.

Tais teorias de médio alcance podem dar uma primeira indicação das variáveis causais relevantes a ser tidas em conta, assim como podem induzir a outras questões, níveis e teorias e, neste sentido, contribuir para evitar generalizações insustentáveis. Porém, a construção de teorias não é uma nem a única avenida privilegiada de pesquisa. Quadros pro-teóricos podem ser directamente utilizados como guias-inventários em estudos de caso históricos e empíricos ou em estudos comparativos. Afortunadamente, não temos que esperar que os teóricos completem a sua obra.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities,* Londres.

BADER, Veit-Michael (1985), "Nieuw racisme of neo-nationalisme?" in *Komma:* 5,1:109-142.

BADER, Veit-Michael (1991), *Kollektives Handeln*, Opladen: Leske e Budrich.

BADER, Veit-Michael (1992), "'Grand Theories', Empirismus oder Pro-Theorie?" in *Farschungsjournal*, NSB, 2, 92:9-21.

BADER, Veit-Michael (1993), "Citizenship and Exclusion" 'in *Citizenship and Local Justice*, Amesterdão.

BADER, Veit-Michael (1994a),"Burgerschaft and AusschlieBung" in *Dialektik,* 1:97-118.

BADER, Veit-Michael (1994b), "Ethnizitat, Rassismus and Klassen. PostMarxism and Beyond" *in* V. M. Bader, A. Benschop, M. Kratke, W. V. Treeck, (orgs) *Jenseits van Klasse und Stand?Argument-Sonderband,* Berlim, n/d.

BADER, Veit-Michael (1995) "Citizenship and Exclusion. Radical Democracy, Community and Justice. What is wrong with communitarianism?" in *Political Theory*, 23:2: 211-246.

BADER, Veit-Michael (1995), *Rassismus, Ethnizitat, Burgerschaft. Sociologische and Philosophische Uberlegungen,* Munster: Westfalisches Dampfboot.

BADER, Veit (1998) "Dilemmas of Ethnic Affirmative Action. Benign State-neutrality or Relational Ethnic Neutrality" *in*: *Citizenship Studies*, Vol. 2, No. 3, 435-473.

BADER, Veit (1998a) "Egalitarian Multiculturalism: Institutional Separation and Cultural Pluralism" *in*: Rainer Bauböck/ John Rundell (org.) *Blurred Boundaries*. Ashgate, Aldershot, Cap. 7, pp.185-222

BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1989), *Ungleichheiten,* Opladen: Leske & Budrich.

BARTH, Frederic (1980), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Cultural Difference*, Oslo: Bergen/Tromsr.

BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen. Ontwerp van een transformationele klassenanalyse*, Amesterdão: Het Spinhuis.

BONACICH, Edna (1980), "Class Approaches to Ethnicity and Race", *Insurgent Sociologist,* 10 (2) Outono, pp. 9-24.

BOURDIEU, Pierre (1986), *The Distinction*, Londres e Nova Iorque.
BRETON, R./ISAJIW, W.W./ KALBACH, W./REITZ, J.G. (1990), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto, Buffalo, Londres: University of Toronto Press.
BRUBAKER, Rogers (1992), *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
COSER, L. (1956), *The Functions of Social Conflict*, Nova Iorque, Free Press.
ECKSTEIN, H. (1980), "Theoretical Approaches to Explaining Collective Political Violence" *in* Gurr, T. (org) *Handbook of Political Conflict*, Nova Iorque.
ELIAS, Norbert (1976), *Über den Prozes der Zivilisahm*, Frankfurt: Shurkamp.
GLAZER, Nathan/ MOYNIHAM, Daniel P. (1975) "Introduction" *in* Dires (org) *Ethnicity, Theory and Experience*, Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
HOBSBAWM, Eric J. (1990), *Nations and Nationalisme since 1780*, Cambridge: Cambridge University Press.
HUMPHREYS, P. (1989), *The Chances of Explanation*, Princeton: Princeton University Press.
ISAJIW, W.W. (1990), "Ethnic-Identity Retention" *in* Breton *et al.* (org), *Ethnic Identity and Equality. Varieties of Experience in a Canadian City*, Toronto: University of Toronto Press, pp. 34-82.
KATZNELSON, Ira (1972), "Comparative Studies of Race and Ethnicity, Plural Analysis and Beyond" in *Comparative Politics*: pp. 135-154.
KRIESBERG, L. (1973), *The Sociology of Social Conflicts*, Englewood Cliffs (Nova Jérsia), Prentice-Hall.
KYMLICKA, W. (1989), *Liberalism, Community, Culture*, Oxford: Oxford University Press.
MANNHEIM, Karl (1929), *Ideologie und Utopie*, Bona, Cohen.
MASON, David (1986), "Introduction. Controversies and Continuities" *in* Rex/Mason (orgs) *Race and Ethnic Relations Theory:* 1-19, Cambridge.
MARGER, M. (1997), *Race and Ethnic Relations: American and Global Perspectives*, Belmont (Califórnia), Wadsworth (4ª ed.).
MEADWELL, H. (1989), "Cultural and Instrumental Approaches to Ethnic Nationalism" in *Ethnical and Racial Studies*, 12,3: 309 ss.
MILES, Robert (1993), *Racism after 'race relations'*, Londres, Nova Iorque.
PENNINX, Rinus (1988), *Minderheidsvorming en emancipate;, balans van kennisverwerving ten aanzien van immigranten en woonwagenbewoners 1967-1987*, Samsom, Alphen aan den Rijn. (Zowel proefschrift – als handelseditie)
REITZ, J. (1990), "Ethnic concentrations in labour markets and their implications for ethnic inequality", *in* R. Breton *et al.* (ed.), *Ethnic identity and equality: Varieties of experiences in a Canadian city*, Toronto: University of Toronto Press.
REX, John (1986), "The role of class analysis in the study of race relations – a Weberian perspective" *in* J. Rex e D. Mason (orgs), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-83.
REX, John & MASON, David (1986), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press.
SETON-WATSON, H. (1977), *Nations and States*, Londres: Methuen.
SIMMEL, Georges (1968), *Soziologie*, Berlim, Duncker und Humblot.
SMITH, Anthony D. (1981), *The Ehtnic Revival*, Cambridge: Cambridge University Press.
SMITH, Anthony (1984), "Ethnic Persistence and National Transformation" in *British Journal of Sociology*, 35, 3: 452-461.
SMITH, Anthony (1986), *The Ethnic Origin of Nations*, Londres: Blackwell.
SMITH, Anthony (1989), "The Origins of Nations" in *Ethnic and Racial Studies*, 12, 3: 340-367.
SOLOMOS, John/BACK, Les (1994),"Conceptualising Racisms: Social Theory, Politics and Research" in *Sociology*: 28, 1:143-161.
SOYSAL, Y.N. (1995), *Limits of Citizenship. Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
STOLCKE, Verena (1993), "European Culture: A New Rhetoric of Exclusion" *in* Conferência *Ethnicity, Nationalism and Culture in Western Europe*, Amesterdão (artigo não publicado).

UNGER, Roberto M. (1987), *Politics*: *A Work in Constructive Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.

WALLMAN, Sandra (1986), "Ethnicity and the Boundary Process in Context" *in* J. Rex e D. Mason (orgs), *Theories of Race and Ethnic Relations*, Cambridge, pp. 226-245.

WALZER, Michael (1992), "The Civil Society Argument", *in* Chantal Mouffe (org.), *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*, Londres: Verso, pp. 89-107.

WEBER, Eugene (1976), *Peasants into Frenschmen*, Stanford: Stanford University Press.

WEBER, Max, [1964 (1920)] *Wirtschaft und Gesellshaft*, Tubingen: Mohr.

WIEHN, (1968), *Theorien der Sozialen Schichtung*, Munique: Piper.

ZOLBERG, A. (1983), "International Migrations in Political Perspective" *in* Kritz, Keely & Tomasi (orgs), *Global Trends in Migration*, Staten Island, Nova Iorque: Center for Migration Studies, pp. 3-27.

ZUBAIDA, S. (1989), "Nations Old and New" in *Ethnical and Racial Studies*,12, 3: pp. 329-339.